

IV SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

XXIV ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VI ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO
NO ENFRENTAMENTO
DA CRISE CLIMÁTICA**

15 A 17 DE JUNHO DE 2026

SALÃO DE ATOS - CAMPUS IJUÍ




Educação nas Ciências
MESTRADO E DOUTORADO
UNIJUI


UNIJUI
UNIVERSIDADE REGIONAL

Eixo Temático: Educação Ambiental, em Saúde, Sustentabilidade e justiça socioambiental

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS OFICIAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANALYSIS OF OFFICIAL DOCUMENTS AND THEIR CONTRIBUTIONS TO ENVIRONMENTAL EDUCATION

Gustavo Zachel¹
Vidica Bianchi²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como os documentos oficiais que orientam a educação básica brasileira, especialmente a Base Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular Gaúcho, contribuem para a inserção e o fortalecimento da Educação Ambiental no contexto do Novo Ensino Médio. A pesquisa fundamenta-se em uma análise documental de legislações e diretrizes curriculares que estruturam o sistema educacional brasileiro. Buscou-se compreender como a temática ambiental está presente nas orientações curriculares e suas implicações para o currículo, a prática docente e a formação dos estudantes. Os resultados indicam avanços na abordagem da Educação Ambiental, que passa de uma perspectiva pontual e disciplinar para uma proposta transversal, interdisciplinar e voltada ao desenvolvimento do pensamento crítico e da participação social. Constata-se que os documentos analisados fortalecem a presença da Educação Ambiental no currículo escolar, embora sua efetivação dependa da atuação crítica dos docentes e das condições institucionais.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Educação Ambiental. Referencial Curricular Gaúcho.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the official documents that guide Brazilian basic education, especially the Base Nacional Comum Curricular and the Referencial Curricular Gaúcho, contribute to the inclusion and strengthening of Environmental Education within the context of the New High School model. The research is based on a documentary analysis of legislation

¹ Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui).
E-mail: gustavo.zache@sou.unijui.edu.br.

² Doutora em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui).
E-mail: vidica.bianchi@unijui.edu.br

IV SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

XXIV ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VI ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

15 A 17 DE JUNHO DE 2026

SALÃO DE ATOS - CAMPUS IJUÍ




Educação nas Ciências
MESTRADO E DOUTORADO
UNIJUI


UNIJUI
UNIVERSIDADE REGIONAL

and curricular guidelines that structure the Brazilian educational system. The study sought to understand how environmental issues are addressed in curricular guidelines and their implications for curriculum organization, teaching practices, and student education. The results indicate advances in the approach to Environmental Education, shifting from a punctual and disciplinary perspective to a transversal, interdisciplinary proposal focused on the development of critical thinking and social participation. It is concluded that the analyzed documents strengthen the presence of Environmental Education in the school curriculum, although its implementation depends on the critical engagement of teachers and the institutional conditions of schools.

Keywords: National Common Curricular Base. Environmental Education. Rio Grande do Sul Curricular Framework.

INTRODUÇÃO

Segundo os parâmetros educacionais contemporâneos do Brasil, o Novo Ensino Médio está fundamentado na Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabelece mudanças significativas na estrutura do Ensino Médio. Essa legislação ampliou o tempo mínimo do estudante na escola de 800 para 1.000 horas anuais até o ano de 2022 e instituiu uma nova organização curricular mais flexível, articulada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Com a promulgação da Lei nº 14.945/2024, que institui nova regulamentação para o Ensino Médio, foram estabelecidas mudanças nas diretrizes curriculares vigentes, promovendo alterações na Lei nº 9.394/1996 e revogando parcialmente a Lei nº 13.415/2017. Entre as principais modificações destacam-se ajustes na carga horária e a definição de novas disciplinas obrigatórias, refletindo mudanças na organização curricular e na estrutura do NEM.

A BNCC constitui um documento normativo que define os conteúdos mínimos que todos os estudantes da educação básica brasileira têm direito de aprender. A versão vigente foi homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, estabelecendo competências e habilidades essenciais para a formação integral dos estudantes.

No Estado do Rio Grande do Sul, a organização curricular é orientada pelo Referencial Curricular Gaúcho (RCG), documento que tem como finalidade alinhar o currículo das instituições de ensino à BNCC, garantindo uma formação integral e articulada aos desafios educacionais contemporâneos.

Nesse contexto, os documentos oficiais que orientam o campo educacional constituem



um elemento fundamental para compreender as políticas públicas e as diretrizes que estruturam o Ensino Médio no Brasil. Instrumentos como a BNCC e o RCG expressam concepções de sujeito, sociedade e aprendizagem, refletindo projetos políticos e pedagógicos que orientam a organização curricular e as práticas educativas nas escolas.

Diante desse cenário, a EA assume um papel estratégico na formação de estudantes críticos e conscientes acerca das problemáticas socioambientais contemporâneas. A presença dessa temática nos documentos oficiais evidencia a preocupação em promover uma educação voltada para a sustentabilidade, para o exercício da cidadania e para a compreensão das relações entre sociedade e natureza. Assim, investigar como a EA é abordada nesses documentos permite identificar os princípios formativos que orientam o currículo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa origina-se de discussões e estudos desenvolvidos em um dos capítulos da dissertação de mestrado intitulada “*ANÁLISE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO NOVO ENSINO MÉDIO, NAS DIRETRIZES OFICIAIS E NAS PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES*”, elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (PPGEC) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

Neste sentido, este trabalho caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, fundamentado na análise documental. Esse tipo de abordagem possibilita examinar documentos oficiais e identificar as concepções, orientações e princípios que estruturam as políticas educacionais.

Os documentos analisados foram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e legislações relacionadas ao Novo Ensino Médio. A escolha desses documentos justifica-se por seu papel central na organização curricular da educação básica brasileira e por orientarem diretamente as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



A introdução da BNCC, enfatiza a importância de incorporar novas abordagens de ensino para que os estudantes possam desenvolver as competências e habilidades almejadas. Contribui, assim, para o aprimoramento dos resultados no EM. Entretanto, com a finalidade de atingir esse objetivo, as escolas necessitam, abandonar a ênfase apenas na memorização de conteúdos, mas incentivar os estudantes a assumirem um papel ativo em suas experiências práticas (Piffero et al, 2020).

Neste sentido, investigar como a abordagem da EA e suas implicações permite identificar as intenções formativas, os princípios orientadores e as tensões que atravessam as práticas educativas, acerca da temática. Desse modo, essa análise crítica desses documentos normativos possibilita compreender de que maneira a EA está proposta nesses documentos oficiais e como influencia a organização curricular, a atuação docente e a construção de sentidos no processo educativo em diferentes contextos escolares.

A EA tem sido, ao longo das últimas décadas, um tema de grande relevância nas políticas educacionais brasileiras. Assim, reconhecida como fundamental para a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a sustentabilidade socioambiental. Com a implementação da BNCC e do RCG, especialmente no contexto do NEM, observa-se uma reconfiguração nas formas como a EA é abordada e integrada aos currículos escolares.

O currículo escolar, segundo Sacristán (2000), é mais do que um simples conjunto de conteúdos organizados para serem transmitidos aos estudantes: trata-se de um projeto cultural, político e pedagógico que reflete as intenções, valores e concepções de sociedade que se deseja formar. Nessa perspectiva, o currículo assume um papel central na constituição da identidade escolar. Pois expressa as escolhas feitas por uma comunidade educativa sobre quais saberes são considerados relevantes e dignos de serem ensinados.

Nesta perspectiva, o currículo, segundo Sacristán (2000), se configura como um espaço de disputas simbólicas, onde se articulam diferentes interesses sociais, econômicos e ideológicos. Ao compreender o currículo como um processo dinâmico e intencional, Sacristán evidencia que ele não é neutro, mas orientado por visões de mundo que influenciam diretamente as práticas pedagógicas e a formação dos sujeitos. Dessa forma, pensar o currículo implica refletir criticamente sobre o papel da escola na construção de uma sociedade mais democrática, plural e comprometida com a transformação social.

IV SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

XXIV ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VI ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

15 A 17 DE JUNHO DE 2026

SALÃO DE ATOS - CAMPUS IJUÍ

Diante disso, o Quadro 1 foi elaborado com o objetivo de subsidiar a análise das transformações ocorridas no tratamento da EA, a partir da implementação da BNCC e do RCG no contexto do NEM. Considerando que a EA já integrava o currículo escolar antes dessa reestruturação, o quadro possibilita examinar as mudanças ocorridas na abordagem da temática, evidenciando tanto os elementos que se fortaleceram quanto aqueles que se fragilizaram no processo de reorganização curricular.

Nessa perspectiva, o referido quadro apresenta um paralelo entre a EA antes e após a implementação da BNCC e do RCG, destacando alterações relacionadas ao enfoque pedagógico, aos objetivos formativos e às práticas educativas. Tal sistematização permite compreender de que modo essas diretrizes curriculares influenciaram a inserção da temática ambiental na educação básica, especialmente no que se refere à promoção de uma abordagem mais interdisciplinar, contextualizada e orientada para o desenvolvimento de competências socioambientais.

Quadro 1. Educação Ambiental antes e depois da implementação da Base Nacional Comum Curricular e do Referencial Curricular Gaúcho no Novo Ensino Médio.

Aspectos/ Critérios	Antes da BNCC, do RCG e do NEM	Atualmente, com a BNCC, RCG e NEM
Integração ao Currículo	De forma mais pontual, trabalha especificamente na disciplina de Ciências Biológicas.	Transversal e integrado ao currículo, com foco interdisciplinar.
Abordagem metodológica	Predominantemente teórica, com foco em conceitos e poucas práticas.	Projetos e práticas contextualizadas, conectadas com a realidade do estudante.
Protagonismo dos estudantes	Receptores passivos de conteúdos	Incentivo ao protagonismo, com projetos voltados à solução de problemas.
Principais temáticas	Poluição, desmatamento e problemas com lixo.	Uma visão mais ampla sobre sustentabilidade, mudanças globais e crise climática.
Habilidades desenvolvidas	Mais ênfase no conhecimento teórico e técnico.	Desenvolvimento de pensamento crítico para a ação sustentável.

IV SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

XXIV ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VI ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

15 A 17 DE JUNHO DE 2026

SALÃO DE ATOS - CAMPUS IJUI

Envolvimento além da escola	Pouca articulação com a comunidade fora da escola.	Integração com a comunidade.
Formação de professores	Conteúdos mais tradicionais e pouca prática.	Formação continuada, voltada a práticas interdisciplinares.

Fonte: documentos oficiais, dados da pesquisa, 2025.

Diante disso, a análise entre a prática educacional em relação à temática da EA, antes e depois da implementação das diretrizes educacionais atuais, mostrou semelhanças entre o proposto e seus significados, o que resultou na classificação na mesma coluna (quadro 1). Assim, foi inserido na mesma coluna a BNCC e o RCG.

De acordo Silva (2023) o currículo não é algo neutro ou construído de forma aleatória, mas resulta de um processo de seleção intencional. Em meio a um vasto conjunto de conhecimentos, saberes e experiências possíveis, são escolhidos aqueles considerados mais importantes, legítimos e socialmente válidos em determinado contexto histórico e cultural. Assim, o currículo reflete interesses, valores e concepções que orientam o que deve ser ensinado e aprendido na escola.

A partir dessa perspectiva, a BNCC pode ser compreendida como um documento de identidade curricular que expressa escolhas e exclusões realizadas em nome de determinados projetos sociais e educacionais. Ao definir o que deve ser ensinado em todo o território nacional, ela atua como um instrumento de regulação do conhecimento, refletindo concepções de sujeito, cultura e sociedade que não são neutras, mas politicamente situadas. Assim, o pensamento de Silva (2023) permite problematizar a BNCC como uma política curricular que produz identidades e hierarquias de saberes, ou seja uma política que influencia a maneira como estudantes e professores se reconhecem e se posicionam dentro do sistema educacional.

No critério de integração ao currículo, observa-se uma mudança significativa, pois anteriormente, a abordagem era pontual, concentrada na disciplina de Ciências Biológicas, enquanto que atualmente é promovida uma integração transversal e interdisciplinar. Esse avanço é essencial para a construção de um conhecimento mais articulado, permitindo assim, o estudante relacionar diferentes saberes, e não apenas limitado a um componente curricular.

Quanto à abordagem metodológica, a transição de uma prática predominantemente teórica, com foco em conceitos e poucas atividades práticas, para uma metodologia

IV SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

XXIV ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VI ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA CRISE CLIMÁTICA

15 A 17 DE JUNHO DE 2026

SALÃO DE ATOS - CAMPUS IJUI




Educação nas Ciências
MESTRADO E DOUTORADO
UNIJUI


UNIJUI
UNIVERSIDADE REGIONAL

fundamentada em projetos e práticas contextualizadas. Tal aspecto representa um avanço na qualidade da educação, no sentido de possibilitar uma leitura da prática a partir do conhecimento teórico. Esse modelo estimula a integração do conhecimento à realidade dos estudantes, tornando a aprendizagem significativa (Moran, 2018).

O protagonismo dos estudantes também passa por uma mudança expressiva. Antes, eles eram receptores passivos dos conteúdos, enquanto, com a nova proposta, são incentivados a atuar de forma ativa na construção do seu conhecimento, por meio de projetos voltados à solução de problemas do cotidiano. Essa mudança favorece o desenvolvimento de competências como autonomia, criatividade e capacidade crítica, conforme defende Freire, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (1996, p. 47).

Antunes (2005) ressalta que o desenvolvimento de competências implica promover o protagonismo do aluno em seu processo de aprendizagem, estimulando-o a agir, refletir, experimentar e construir significados a partir de situações reais. Nessa perspectiva, o professor assume o papel de mediador, orientando e incentivando o estudante a desenvolver autonomia intelectual e pensamento crítico. Essa concepção dialoga diretamente com os princípios da EA, que também busca formar sujeitos capazes de compreender e intervir de maneira consciente e responsável nas questões socioambientais.

Neste sentido, ao estimular o protagonismo dos estudantes, a prática pedagógica voltada para a EA favorece não apenas a aquisição de conhecimentos sobre o meio ambiente. Mas também o desenvolvimento de atitudes éticas, críticas e participativas, que são essenciais para a construção de uma cidadania ecológica e sustentável. Essa cidadania ecológica, por sua vez, envolve a compreensão das interações entre sociedade e natureza, a valorização da vida em todas as suas formas e o compromisso com ações que contribuam para a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos oficiais evidenciou que a Educação Ambiental vem ganhando maior destaque nas diretrizes curriculares brasileiras, especialmente após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular



Gaúcho (RCG) no contexto do Novo Ensino Médio (NEM). As mudanças indicam um movimento de superação de práticas educativas tradicionais, centradas na transmissão de conteúdos, em direção a propostas pedagógicas mais integradas, interdisciplinares e contextualizadas.

Nesse sentido, a EA passa a ser compreendida como um eixo formativo importante para o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e da participação social dos estudantes. Entretanto, apesar dos avanços presentes nos documentos oficiais, sua efetivação no cotidiano escolar depende de diversos fatores, como a formação continuada dos professores, as condições institucionais das escolas e o compromisso das comunidades educativas com a construção de práticas pedagógicas transformadoras.

Assim, evidencia-se que, embora os documentos analisados representem avanços importantes ao reconhecerem a relevância da EA no currículo escolar, suas proposições não garantem mudanças efetivas na realidade educacional. Sem investimentos consistentes em políticas de formação docente, condições estruturais adequadas e práticas pedagógicas críticas, a EA corre o risco de permanecer restrita ao campo discursivo e normativo. Portanto, torna-se indispensável que sua implementação esteja articulada a processos educativos reflexivos, emancipatórios e comprometidos com a transformação das desigualdades socioambientais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver competências em sala de aula**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Brasília, 2024b.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018a.



BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 733, de 16 de setembro de 2021**. Institui o Programa Itinerários Formativos. Brasília: Ministério da Educação, 2021.

BRASIL. **Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018**: referenciais curriculares para a elaboração de itinerários formativos. Brasília, 2018b.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

RIO GRANDE DO SUL Ministério da Educação. **Referencial Curricular Gaúcho**. Porto Alegre, 2020.